



Centro Universitário Processus

CENTRO *UNIVERSITÁRIO* PROCESSUS
Prática Extensionista

RELATÓRIO FINAL (2º/2024)

CURSO: GRADUAÇÃO EM DIREITO / DIREITO DIGITAL / CAMPUS AGUAS CLARAS / TURNO: MATUTINO	
TÍTULO DO PROJETO/AÇÃO: A Eficácia da Lei de Proteção de Dados Pessoais – LGPD	
PERÍODO DE EXECUÇÃO:	
Data Início: 08/2024	Data Término: 12/2024
EQUIPE: 10 Integrantes	
Nome completo	Curso/matricula
Douglas Gomes Mota / 1923180000062 / Direito Digital / Aguas Claras / Matutino	
Eric Pereira Gonçalves / 2210010000078 / Direito Digital / Aguas Claras / Matutino	
Gabriela Pastana Progenio / 2323180000136 / Direito Digital / Aguas Claras / Matutino	
Gabrielle Regina Freitas Opa Aspin Veloso / 2013180000047 / Direito Digital / Aguas Claras / Matutino	
Isabel Cristina Pereira Dantas De Almeida / 2413180000048 / Direito Digital / Aguas Claras / Matutino	
Isabella Júllien Rios Da Costa / 2210010000200 / Direito Digital / Aguas Claras / Matutino	
Isabelly Miranda Soares Bento / 2413180000186 / Direito Digital / Aguas Claras / Matutino	
Mara Denise Santos Alves / 2320010000116 / Direito Digital / Aguas Claras / Matutino	
Rayane Vitória De P. Fernandes / 2013180000157 / Direito Digital / Aguas Claras / Matutino	
Yasmin Gabrielle De Araujo Mendes / 2317200000022 / Direito Digital / Aguas Claras / Matutino	
PROFESSOR (A) ARTICULADOR (A) (orientador (a)): Prof. Alberto Carvalho Amaral	
INSTITUIÇÃO PARCEIRA : BRA consultoria e gestão	
PÚBLICO-ALVO: Colaboradores e gestores da empresa. Os participantes eram profissionais que lidam com informações sensíveis de clientes e parceiros, e a apresentação visou equipá-los com o conhecimento necessário para garantir o	

Centro Universitário Processus

cumprimento da legislação.

RESUMO:

Os projetos de extensão têm como objetivo aproximar as universidades da sociedade, aplicando o que é aprendido na prática. Estas extensões proporcionam aos estudantes uma experiência prática e enriquecedora, complementando sua formação acadêmica com aprendizados que vão além das salas de aula e dos laboratórios. Para a comunidade, a extensão universitária representa uma fonte valiosa de recursos, conhecimento e inovação.

Este projeto visa discutir a implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) em uma empresa de consultoria e gestão empresarial, abordando os principais desafios de adequação. A LGPD exige que os dados pessoais sejam tratados com segurança e transparência, o que envolve políticas de consentimento, medidas de segurança e mecanismos de governança para prevenir vazamentos e assegurar a privacidade dos indivíduos.

Cumprir a LGPD fortalece a confiança dos clientes e parceiros, protegendo a empresa contra sanções e aprimorando sua reputação no mercado.

No dia 13 de novembro de 2024, às 14h, o grupo realizou uma visita a uma empresa de consultoria e gestão para discutir a implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). O objetivo foi explorar a importância da LGPD para a proteção dos dados pessoais de clientes e colaboradores, especialmente no setor de gestão, onde informações sensíveis são tratadas frequentemente. Durante a visita, foram discutidas práticas de conformidade que incluem políticas de consentimento, segurança de dados e transparência. A adequação à LGPD foi destacada como essencial para fortalecer a confiança e promover uma cultura de respeito à privacidade.

Durante a visita à BRA consultoria e gestão, foi possível observar o impacto positivo da implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) na empresa. A adequação à LGPD contribui para um ambiente mais seguro e transparente no tratamento de dados pessoais, fortalecendo a confiança dos clientes e colaboradores. A empresa adota práticas de consentimento, segurança

Centro Universitário Processus

e governança de dados, promovendo uma cultura de proteção e respeito à privacidade. Essas iniciativas são fundamentais para garantir a conformidade com a legislação e para consolidar a reputação da BRA consultoria e gestão como uma empresa comprometida com a segurança da informação e a ética nos negócios.

O principal objetivo deste projeto foi desenvolver uma cartilha educativa sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Ela apresenta, de forma acessível, os direitos dos titulares de dados, os benefícios da proteção de informações pessoais e os passos que empresas e indivíduos devem seguir para estar em conformidade. A cartilha explica, de forma prática, como proteger dados, quais são os requisitos para coleta e uso responsáveis e como garantir a privacidade. Com isso, ela permite que pessoas e empresas tomem decisões informadas e adotem práticas seguras, assegurando o direito à privacidade e fortalecendo a segurança de dados.

Uma discussão sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) em empresas de gestão e consultoria é essencial para entender os desafios e oportunidades trazidos pela proteção de dados pessoais. Ao explorar diferentes perspectivas sobre a implementação da LGPD, é possível compreender melhor como ela fortalece a confiança dos clientes, promove a transparência e contribui para a segurança digital. O diálogo aberto entre especialistas em privacidade, empresas e titulares de dados é fundamental para aprimorar as práticas de proteção e assegurar que a legislação atenda, de maneira eficaz, às necessidades de privacidade e segurança da informação.

Nossa visita à BRA consultoria e gestão foi uma experiência enriquecedora, que ampliou nosso entendimento prático e estratégico sobre o impacto da LGPD nas empresas e na vida das pessoas.

Embora a implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) seja essencial para proteger a privacidade dos indivíduos e fortalecer a confiança entre empresas e clientes, é importante reconhecer os desafios de conformidade que ela impõe às organizações. O impacto da LGPD na estrutura e nos processos internos das empresas demanda uma gestão cuidadosa e responsável para garantir a sustentabilidade das práticas de proteção de dados a longo prazo. Isso

Centro Universitário Processus

implica equilibrar o investimento em segurança e privacidade com a otimização dos recursos, garantindo que a empresa atenda às exigências legais sem comprometer a eficiência operacional e a qualidade dos serviços prestados.

É essencial que empresas garantam uma gestão cuidadosa e eficiente para estar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Nosso trabalho reforça a importância da conscientização sobre os direitos dos titulares de dados e da aplicação responsável das políticas de privacidade. A LGPD não apenas promove a segurança e o respeito à privacidade, mas também exige uma administração meticulosa para assegurar a continuidade e efetividade dessas práticas. A alocação estratégica de recursos para segurança da informação é crucial para proteger dados e fortalecer a confiança sem comprometer a eficiência e a sustentabilidade da empresa.

RESULTADOS ESPERADOS:

Os resultados esperados com a visita à BRA consultoria e gestão incluem uma melhor compreensão sobre como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) impacta a gestão de informações pessoais, promovendo maior segurança e confiança no relacionamento com clientes e colaboradores. Durante a visita, foi possível perceber como a implementação da LGPD garante a proteção dos dados e assegura a conformidade legal, ao mesmo tempo que fortalece a reputação da empresa.

Além disso, a visita destacou a importância da conscientização sobre a privacidade e a segurança dos dados, capacitando a equipe a lidar de maneira eficiente com as demandas de conformidade. Ao analisar os impactos da LGPD no processo organizacional, é possível entender o quanto a adequação à lei exige investimentos em tecnologias de segurança e treinamento contínuo. Contudo, um controle rigoroso e uma fiscalização eficiente são essenciais para garantir que as práticas de proteção de dados sejam cumpridas, sem sobrecarregar a estrutura organizacional, mantendo a eficiência e a sustentabilidade a longo prazo.

Quantidade de beneficiários (estimativa)

A apresentação sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) foi realizada

Centro Universitário Processus

para a equipe da BRA consultoria e gestão, e as reações foram positivas. Durante o evento, os participantes tiveram a oportunidade de entender como a LGPD impacta a gestão de dados dentro da empresa e como ela protege as informações pessoais de clientes e colaboradores. As pessoas presentes demonstraram interesse e satisfação com os esclarecimentos fornecidos. Além disso, foram distribuídos materiais informativos sobre os principais aspectos da LGPD, com ênfase na importância da conformidade para garantir a privacidade e segurança dos dados. Os participantes também compartilharam suas próprias experiências e fizeram perguntas relevantes, contribuindo para um diálogo enriquecedor sobre o tema e fortalecendo a conscientização sobre a importância da proteção de dados no ambiente corporativo.

30 diretamente beneficiadas e 150 indiretamente beneficiadas.

Observações:

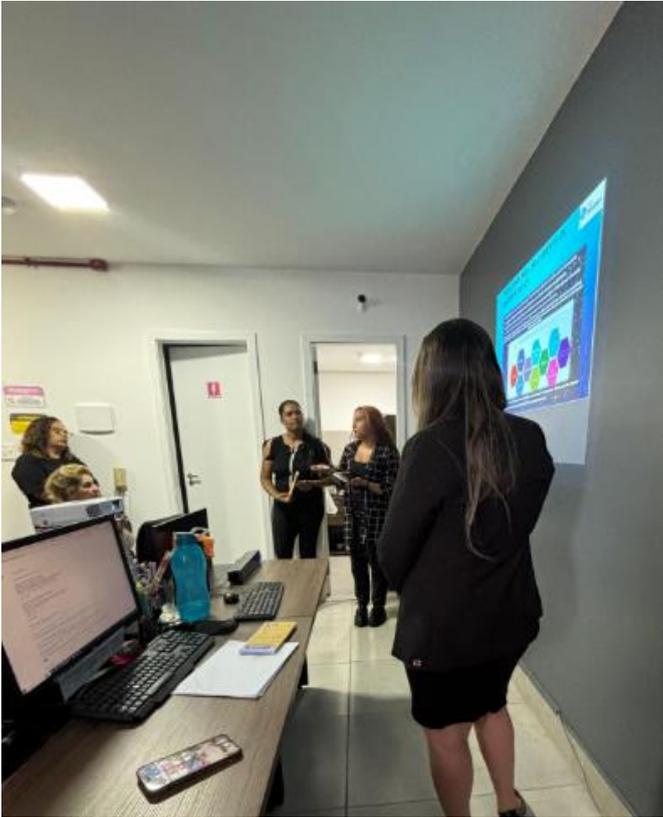
ANEXOS AO RELATÓRIO:

IMAGENS APRESENTAÇÃO EM SALA - 08/11/2024



Centro Universitário Processus

IMAGENS APRESENTAÇÃO NA BRA CONSULTORIA E GESTÃO- 13/11/2024



CARTILHA

Quais são as penalidades para descumprimento da LGPD?

As penalidades para o descumprimento da LGPD são aplicadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e podem ser bastante severas e cumulativas, variando conforme a gravidade e natureza da infração

conforme o Art. 52 da Lei 13.709/18.:

- advertência: com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas;
- multa simples: até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa no seu último exercício, limitando-se a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração; multa diária: cujo limite também será observado;
- publicação da infração;
- bloqueio dos dados pessoais a que se refere a infração até a sua regularização; eliminação dos dados pessoais a que se refere a infração.





Todas as empresas serão afetadas em maior ou menor escala pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). E o direito digital será imprescindível para que as mudanças e adequações necessárias sejam feitas.



DIREITO DIGITAL

Douglas Gomes Mota
Eric Pereira Gonçalves
Gabriela Pastana Progenio
Gabrielle Regina F. O. Aspin Veloso
Isabel Cristina P. D. de Almeida
Isabella Júllien Rios da Costa
Isabelly Miranda Soares Bento
Mara Denise Santos Alves
Rayane Vitória da P. Fernandes
Yasmin Gabrielle de Araujo Mendes

Profº ALBERTO



Lei Federal nº 13.709/18 entrou em vigor em 09/2020

A era digital nos exige cada vez mais cuidados com os nossos dados, pois estes dados são obtidos na rede de forma muito mais rápida e principalmente completa.

Esta nova forma de organização social criou mecanismos capazes de processar e transmitir informações em uma quantidade e velocidade jamais imagináveis. Este avanço posiciona o cidadão como mero espectador de suas informações, além de alvo de publicidade direcionada, segmentada e comportamental.

Agora, imagine essa tecnologia nas mãos de pessoas má intencionadas?



Para entender a importância do assunto, é necessário saber que a lei de Proteção de Dados quer criar um cenário de segurança jurídica com a

padronização de normas e práticas, para promover a proteção, de forma igualitária dentro do território nacional





Existem algumas razões principais para a criação da

Lei Geral de Proteção de Dados (13.709/2018):

A LGPD visa proteger os direitos fundamentais de

- liberdade,
- privacidade e o
- livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

É importante trazer a compreensão de que alguns dados pertencem aos titulares (pessoas naturais, cidadãos) que é o direito de cada indivíduo de controlar, proteger e decidir com quem quer compartilhar os seus dados pessoais.



ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados) é o órgão responsável por regular, fiscalizar, orientar e zelar pela proteção de dados pessoais no Brasil e garantir o cumprimento da Lei 13.709/2018.



A lei exige que empresas e organizações adotem medidas para garantir a segurança dos dados pessoais que coletam e tratam, tornando o processo de consentimento mais transparente e responsabilizando as empresas.

As Organizações lidam com muitos dados pessoais, com dados sensíveis, razão pela qual, devem se preocupar com a segurança de tais dados nas suas cadeias de processos de trabalho, para que não haja incidentes de segurança que possam expor os dados de seus clientes, funcionários, fornecedores...



Final, o que a LGPD muda para os brasileiros?

O Brasil se junta em uma lista extensa de países que possuem uma lei específica para proteção e regulamentação de dados.

Observar-se uma tendência global de aspectos regulamentares relacionados ao uso da rede de forma que traga benefícios, sem comprometer a liberdade de navegação.



DIREITO DIGITAL

Trata-se do ramo do Direito que rege as relações em ambientes virtuais. Não é porque todos estão por trás de uma tela de computador que podemos considerar que a internet é "terra de ninguém" e nela podemos fazer o que bem entendermos.

A LGPD e o Direito Digital possuem uma relação intrínseca, pois ambos lidam com questões relacionadas ao mundo digital e à proteção de dados.

LGPD O que é?

Com o aumento dos crimes virtuais, tornou-se necessário criar uma legislação específica para proteger os dados pessoais e combater o uso indevido dessas informações.

No Brasil, o tema específico da proteção de dados foi regulamentado pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) nº 13.709 (e suas alterações), aprovada em agosto de 2018, com vigência integral em agosto de 2021 – quando as sanções administrativas passaram a ser aplicadas.

A LGPD foi inspirada na General Data Protection Regulation (GDPR) da União Europeia, buscando alinhar o Brasil com as melhores práticas internacionais de proteção de dados.



Centro Universitário Processus

Professor(a) articulador(a)

Coordenador(a) de Curso

Coordenador(a) de Extensão